

Ulysses atribui a Collor desprestígio do Congresso

Com ironia, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, comentou ontem a recomendação feita na véspera pelo presidente Collor, para que o Congresso procure recuperar seu antigo prestígio junto aos brasileiros. "Uma das razões do nosso desprestígio são as medidas provisórias", referiu-se Ulysses à liberalidade com que Collor edita medidas provisórias.

Mas Ulysses encontrou um ponto positivo na recomendação de Collor ao Congresso, feita no discurso aos ministros no Planalto: acredita o deputado que a crítica do Presidente aos congressistas contribui para antecipar a revisão da Constituição, que pode até mesmo reduzir os poderes presidenciais e disciplinar o uso de medidas provisórias.

Entende o presidente do PMDB que algumas das principais razões da atual falta de prestígio do Congresso estão nos equívocos e excessos com as medidas provisórias somados aos vetos sistemáticos do Planalto a propostas aprovadas pelo Congresso, deixando a população confusa a respeito da função parlamentar.

Admite Ulysses que Collor poderia também fazer a sua parte no esforço para recuperar o prestígio da ação legislativa. Bastaria ao presidente disciplinar-se no uso das medidas provisórias e dos vetos, o que poderia ainda facilitar o esforço do Planalto para estabelecer uma maioria estável entre os congressistas.

A falta dessa maioria estável do Governo, na opinião do presidente do PMDB, transmite uma insegurança que leva o Planalto a dispensar a colaboração do Congresso na tarefa de legislar. Preferiria, assim, o Planalto impor uma medida provisória, que o Congresso teria dificuldade em derrubar, a submeter-lhe um projeto de lei.

Embora concorde com Collor em que a alta taxa de votos brancos e nulos nas eleições parlamentares, há quatro semanas, refletiu a falta de prestígio dos senadores e deputados, Ulysses acha que o desprestígio não foi a

única causa do fenômeno eleitoral. Uma das maiores causas, conforme o deputado, foi a legislação eleitoral.

"Criaram o voto para o analfabeto, mas exigem que ele saiba ler os nomes dos candidatos para colocar o X na cédula ou então escrever os nomes deles", explica Ulysses Guimarães, lembrando, as dificuldades que a cédula cria para o analfabeto no momento da votação.

AUTOCRÍTICA

Agora, com o apoio de Collor a uma autocrítica do Legislativo, pensa Ulysses que os congressistas podem fazer uma avaliação que resulte em mudanças estruturais na legislação em geral. "Chega de mudanças cosméticas que mudam apenas as aparências das coisas, é hora de mudanças na estrutura", recomenda o deputado.

As mudanças poderiam vir no bojo da antecipação da revisão constitucional, atualmente programada para depois de setembro de 1993, quando um plebiscito perguntará aos eleitores se preferem a monarquia ou a república como regime de governo e o parlamentarismo ou o presidencialismo como sistema. No caso, entende Ulysses que o plebiscito também deveria ser antecipado, para vir antes da revisão.

Na revisão poderiam ser adotadas providências que o deputado considera importantes para o fortalecimento do Congresso.